



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 03/2015

Disponibilização: 16 de fevereiro de 2015

Período abrangido: 02 a 13 de fevereiro de 2015

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA/FLORESTAS/CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA**
 - **FLORESTAS**
 - **VETERINÁRIA**
 - **VITIVINICULTURA**
- 4. CONSUMIDORES**
- 5. COMÉRCIO**
- 6. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 7. EDUCAÇÃO**
- 8. ENERGIA**
- 9. FINANÇAS**
 - **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES /FINANCEIRAS**
- 10. HABITAÇÃO**
- 11. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO**
- 12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS**
- 13. JUSTIÇA**
- 14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



15. REGIÕES AUTÓNOMAS

.AÇORES
.MADEIRA

16. SAÚDE

17. TRABALHO

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTES



1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Despacho n.º 1402/2015, de 11 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local)

Fixa a distribuição do contingente de estagiários pelas entidades promotoras no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local.

Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 20/2015, de 04 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública e revoga a Portaria n.º 53/2014, de 03 de março, que regulamentou os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Explicita as obrigações ou condições específicas que podem fundamentar a atribuição de suplementos remuneratórios aos trabalhadores abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como a forma da sua integração na Tabela Única de Suplementos.

Decreto-Lei n.º 28/2015, de 10 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Torna público a transferência da superintendência e tutela da Caixa Geral de Aposentações, I. P., do Ministério das Finanças para o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a partir de 11 de janeiro de 2015 e reportando os seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.



3. AGRICULTURA, FLORESTAS, CAÇA E PESCAS

. AGRICULTURA

Portaria n.º 18/2015, de 02 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação da ação 6.1, «Seguros», da medida 6 «Gestão do Risco e Restabelecimento do Potencial Produtivo» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PDR 2020.

Portaria n.º 22/2015, de 05 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Aprova, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante, as listas de zonas desfavorecidas, compreendendo as zonas de montanha, as zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas e as outras zonas sujeitas a condicionantes específicas.

Portaria n.º 24/2015, de 09 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Determina o regime de aplicação da medida n.º 9, «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

Portaria n.º 25/2015, de 09 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 7.1, «Agricultura biológica», e da ação n.º 7.2, «Produção integrada», ambas da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», integrada na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PDR 2020.

. FLORESTAS



Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 04 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas, que constitui a primeira atualização da Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro.

Decreto-Lei n.º 29/2015, de 10 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Institui o Conselho Florestal Nacional e regula a sua natureza, as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento.

• **VETERINÁRIA**

Decreto-Lei n.º 20/2015, de 03 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2011, de 20 de junho, transpondo a Diretiva n.º 2013/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, que altera a Diretiva n.º 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União Europeia de cães, gatos e furões.

• **VITIVINICULTURA**

Despacho n.º 1179/2015, de 04 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Fixa o montante máximo a cobrar pelas entidades responsáveis pela emissão de certificados de origem do setor vitivinícola para produtos não certificados, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do decreto-Lei n.º 190/2014, de 30 de dezembro.

Despacho Normativo n.º 5/2015, de 11 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Determina a fixação das normas complementares de execução, dos critérios de elegibilidade e de prioridade, e dos procedimentos administrativos a observar na distribuição de direitos de plantação provenientes de reserva, para a instalação de vinhas, que satisfaçam as condições de produção de vinho com denominação de origem protegida (DOP) ou vinho com indicação geográfica protegida (IGP).



4. CONSUMIDORES

Decreto-Lei n.º 17/2015, de 02 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício à atividade funerária, prorrogando o período de transição para a habilitação dos responsáveis técnicos.

Lei n.º 9/2015, de 11 de fevereiro

(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de dezembro.

Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 1/2015-R, de 12 de fevereiro

(Instituto de Seguros de Portugal)

Publicita a Norma Regulamentar N.º 1/2015, de 15 de janeiro, que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no segundo trimestre de 2015.

5. COMÉRCIO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-A/2015, de 02 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020 e cria o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, estabelecendo a respetiva composição e funcionamento.

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Decreto-Lei n.º 22/2015, de 06 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2007, de 2 de abril, que aprova o regime do incentivo à leitura de publicações periódicas.

Decreto-Lei n.º 23/2015, de 06 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o novo regime de incentivos do Estado à comunicação social



Relatório n.º 3/2015 de 09 de fevereiro,

Torna Público o Relatório e Contas do Exercício de 2013, do Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual.

7. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, que define os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada

8. ENERGIA

Diretiva n.º 4/2015, de 12 de fevereiro

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Torna público os parâmetros definidos no âmbito da Portaria n.º 279/2011, de 17 de outubro, que estabelece a metodologia de cálculo da taxa de remuneração a aplicar à transferência intertemporal de proveitos permitidos referentes aos sobrecustos com aquisição de eletricidade a produtores em regime especial, sujeitos a repercussão quinquenal, e define o factor a aplicar ao prémio de risco da dívida associado à empresa regulada.

9. FINANÇAS

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

Aviso n.º 1606/2015, de 11 de fevereiro

(Banco de Portugal)

Torna público a entrada em circulação da moeda de coleção de EUR 2,5, designada "Fado".



10. HABITAÇÃO

Despacho n.º 1043/2015, de 02 de fevereiro

(Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e da Solidariedade e da Segurança Social)

Cria o grupo de trabalho sobre a monitorização do mercado de arrendamento em Portugal.

11. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Decreto-Lei n.º 26/2015, de 06 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização, alterando o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais.

Despacho n.º 1413/2015, de 11 de fevereiro

(Ministério da Economia - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia)

Publicita a fase de apresentação de candidaturas, no âmbito da Medida "Comércio Investe".

12. JOGOS DE FORTUNA E AZAR E OUTROS

Portaria n.º 23/2015, de 06 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 44-A/2014, de 20 de fevereiro, que aprova o regulamento do sorteio «Fatura da Sorte».

Aviso n.º 1664/2015 de 12 de fevereiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)



Torna público os Planos oficiais de prémios da Lotaria Popular respeitantes ao 2.º trimestre de 2015.

13. JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 19/2015, de 03 de fevereiro

(Ministério da Justiça)

Cria, no âmbito da competência funcional do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Registo de Pessoas Jurídicas Canónicas.

Acórdão n.º 770/2014 de 06 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma extraída da conjugação do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 824.º do Código de Processo Civil, na parte em que permite a penhora até 1/3 de prestações periódicas (limites à penhorabilidade de pensões ou prestações sociais).

Acórdão n.º 779/2014, de 06 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais normas da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC) e do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, quando interpretadas no sentido de permitirem ao juiz a iniciativa de acusar, instruir e sentenciar nos processos de aplicação de multa a que se refere o artigo 66.º da LOPTC (sanções processuais); julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 5.º, n.º 8, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 1.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, e do artigo 3.º, n.º 4, da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, na numeração que lhe foi atribuída pela Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro (financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais).

Acórdão n.º 859/2014, de 06 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucional a norma do n.º 3 do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 31/94, de 5 de fevereiro, que atribui ao foro cível da comarca de Lisboa a competência para as execuções instauradas pelo IFADAP.

Acórdão n.º 845/2014, de 11 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucionais as normas constantes dos artigos 1.º, n.º 1, 2.º e 3.º da Lei n.º 43/2005, de 29 de agosto, alterada pela Lei n.º 53-C/2006, de 29 de dezembro, na parte em que das mesmas decorre a sua aplicação à magistratura do Ministério Público.



Portaria n.º 30/2015, de 12 de fevereiro

(Ministério da Justiça)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 9/2013, de 10 de janeiro, que regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo.

14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Declaração de Retificação n.º 94/2015, de 04 de fevereiro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Retifica o Despacho (extrato) n.º 447/2015, que consagra a área de jurisdição do Consulado Honorário de Portugal em Bordéus.

Decreto do Presidente da República n.º 14/2015, de 09 de fevereiro

(Presidência da República)

Ratifica o Acordo sobre Extradicação Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela, em 3 de novembro de 2010.

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 04 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, proteção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis, existentes na Região Autónoma dos Açores.

Lei Orgânica n.º 2/2015, de 12 de fevereiro

(Assembleia da República)

Estabelece o regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores.

Lei Orgânica n.º 3/2015, de 12 de fevereiro

(Assembleia da República)

Procede à sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e pelas Leis



Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho.

Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A, de 13 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Publicita as disposições necessárias à execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2015 e à aplicação, no mesmo ano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, com as adaptações constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 7/97/A, de 24 de maio, do novo regime da administração financeira da Região.

- **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/M, de 10 de fevereiro

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o direito de opção dos cidadãos quanto às terapêuticas não convencionais na Região Autónoma da Madeira.

16. SAÚDE

Portaria n.º 18-A/2015, de 02 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Define os termos e condições a que obedece o pagamento de uma remuneração adicional às farmácias participantes em programas de saúde pública pelo contributo para a redução da despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e dos utentes com medicamentos, através do aumento da quota de medicamentos genéricos comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde e dispensados pela farmácia.

Despacho n.º 1057/2015, de 02 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito do Sistema de Triagem de Manchester (MTS).

Portaria n.º 21/2015, de 04 de fevereiro

(Ministério da Saúde)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 227/2014, de 6 de novembro, que define a atividade de compras centralizadas específicas da área da saúde que constituem atribuição da SPMS, E. P. E. - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

Despacho n.º 1208/2015, de 05 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.)



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



Aprova os procedimentos inerentes ao sistema de Autorização de Utilização Terapêutica de substâncias e métodos proibidos para o ano de 2015.

Portaria n.º 28-A/2015, de 11 de fevereiro

(Ministério da Saúde)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 142-B/2012, de 15 de maio, que define as condições em que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegura os encargos com o transporte não urgente de doentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde.

Regulamento n.º 65/2015, de 11 de fevereiro

(Entidade Reguladora da Saúde)

Define os termos, as regras e as metodologias que presidem ao sistema de gestão de reclamações da ERS, bem como os princípios orientadores e as obrigações que impendem sobre os estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde nesta matéria.

Regulamento n.º 66/2015, de 11 de fevereiro

(Entidade Reguladora da Saúde)

Estabelece as regras do registo obrigatório no Sistema de Registo de Estabelecimentos Regulados (SRER) dos estabelecimentos sujeitos à jurisdição regulatória da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), nos termos previstos no artigo 4.º n.º 2 dos Estatutos da ERS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, as respetivas atualizações, suspensão, cessação e anulação e, bem assim, o pagamento da taxa de registo e das demais contribuições regulatórias.

17. TRABALHO

Decreto-Lei n.º 27/2015, de 06 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 61/2012, de 14 de março, transpondo a Diretiva n.º 2013/38/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, que altera a Diretiva n.º 2009/16/CE, de 23 de abril de 2009, relativa à inspeção pelo Estado do porto de acordo com a Convenção do Trabalho Marítimo, 2006 (MLC 2006).

Portaria n.º 26/2015, de 10 de fevereiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego e revoga a Portaria n.º 207/2012, de 6 de julho, que criou a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego.



18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Decreto-Lei n.º 18/2015, de 02 de fevereiro de 2015

(Ministério da Economia)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio, que aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, harmonizando o regime da atribuição da compensação por cessação de funções dos titulares de cargos de direção.